CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
SERAFINA CORRÊA-RS
APROVADO DATA 09/04/2001
Votação:
Presidente Secretário

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
SERAFINA CORRÊA - RIO GRANDE DO SUL

ATA N. º 14/2001

SESSÃO ORDINÁRIA

Às dezenove horas e trinta minutos do dia seis de abril de dois mil e um, em sua sede, na Avenida Arthur Oscar 1509, a Câmara Municipal de Serafina Corrêa, realizou a sua 14º Reunião Plenária da 10º Legislatura a 14º Sessão Legislativa de 2001 e a 14º Sessão Ordinária de 2001. Sob a presidência do Vereador João Vitório Concatto e Secretariado pela Vereadora Selma Favero Fincatto, os seguintes Vereadores: Adir Soranzo, PFL; Albino Canton, PMDB; Aldo Zanella, PMDB; Eduardo Antônio Marin, PPB; Francisco Bernardo Mezzomo, PFL; João Vitório Concatto, PMDB; Oldemar Carlos Palharini, PMDB; Selma Favero Fincatto PMDB; e Sérgio Antônio Massolini, PFL. Havendo número regimental o Presidente determinou a abertura da sessão e nos termos do artigo 7º do Regimento Interno, toma posse pela bancada do PMDB, Vereador Suplente Oldemar Carlos Palharini que proferiu o seu compromisso perante os pavilhões hasteados. Ata nº 13/2001, Sessão Ordinária do dia 26.03.2001, aprovada por maioria absoluta, com abstenção do Ver. Oldemar Palharini. Presente nesta sessão a Secretária de Turismo, Maria Amélia Arroque Gheller, sendo convidada pelo Presidente da Casa a fazer parte da Mesa. COMUNICAÇÃO DE LÍDER: Ocupando a Tribuna, pronunciamento do Ver. Sérgio Antônio Massolini, na integra: "Senhor Presidente, Senhores Vereadores. Quero aqui registrar a minha indignação. Muito embora as atas das sessões ordinárias tenham sido aprovadas por unanimidade (com isso me incluo), vai aqui a minha indignação pelo fato de que muitos assuntos levantados neste plenário não serem registrados. Lembro que solicitei por três vezes que o Assessor Jurídico desta Casa deveria assinar os seus pareceres, e somente após muitos reclames constou em ata. O mesmo ocorreu quando levantei aqui o descaso que a Secretária da Educação e o Executivo estavam dando ao transporte escolar dos estudantes universitários. Falei sobre o assunto e não ficou registrado em ata. Espero que desta vez não tenhamos a desculpa que o gravador falhou ou que a fita se rompeu. No meu primeiro mandato de prefeito era subsidiado o transporte escolar dos universitários em 68%. No segundo mandato em 50%. Atualmente, e

disto fui informado, a Prefeitura pretende contribuir com apenas 20% do Transporte em dez parcelas por ano de R$ 1.700,00. Está informação me foi repassada por um estudante. O valor em parcelas fixas, além de baixo, vai se defasar com o tempo seja por aumento de combustível, pneus, etc. É um descaso! E porque não dizer uma falta de respeito com aqueles que, com dificuldades procuram busca o aperfeiçoamento pessoal e de convívio. Os nossos estudantes universitários cursam faculdades particulares e gastam fortunas para comprar livros e concluir os cursos. Se quisermos melhorar o nível intelectual e de conhecimento dos jovens temos que incentiva-los; ao menos no básico. Parte do assunto em questão estaria resolvido não fosse a negligência de algumas pessoas que acumulam cargos na Secretaria da Educação Municipal deixando fugir a possibilidade de aqui instalar cursos universitários. Lembro que o Município de Marau, entre outros, paga 100% do transporte dos universitários, e o número de estudantes é bem maior que o nosso. A Administração passada foi um fracasso, talvez a pior de todas nestes 40 anos de município, e para justificar o fraco desempenho sempre usou a desculpa que o Sérgio Massolini deixou muitas dívidas. Aí ocorreu a venda do patrimônio público, além de empréstimos de todos os tipos e financiamentos de todas as ordens. Se alguma conta minha foi paga certamente é insignificante. Mas a desculpa pela inércia sempre foi às ditas constas. Agora esperamos que a Administração atual não use a Lei de Responsabilidade Fiscal como pretexto para também ser inoperante. Espero que se reveja a sugestão do transporte escolar dos universitários e se dê aos estudantes o incentivo que lhes seja satisfatório. Sugerimos pelo menos 50% do valor. Discordo com a atual Secretária Municipal da Educação quando disse em reunião pública que transporte não é educação. Eu digo, a educação é o alicerce da prosperidade". Pronunciamento do Ver. Pres., João Vitório Concatto: "Só para lembrar ao Ver. Sérgio que a Administração passada concluiu a sua administração também pagando 50% do transporte. A administração passada iniciou no primeiro ano pagando 30% e foi até o último ano, fechando os 50%. O último ano do transporte escolar não foi pago da administração Sérgio e Castro. Nós encontramos a dívida de quando foi repassado o pagamento do transporte de 50% para os universitários. Não estava pago. O Prefeito para

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
3

conseguir fazer o pagamento da época foi baixado para 30% num acerto com a própria empresa e no segundo, terceiro e quarto ano praticamente conseguimos que o transporte chegasse a casa dos 50%. Não estou aqui para querer contestar tudo o que o Vereador apresenta na comunicação de líder. O Relatório do pedido de informação que o Vereador solicitou ao Executivo encontra-se na Secretária desta Casa. Foi pago pela Administração Um milhão duzentos e alguma coisa, não chegando a um milhão e trezentos, tendo mais valores da administração Sérgio e Castro que foram renegociados e esta lá para serem pagos até em cem vezes. E não foi calculado isso como dívida paga. Quanto às emendas Ver. Sérgio volto a frisar que nós nunca deixamos de aceitar emendas de Vereadores. Claro que na hora de fazer a ata pode ser que fique algum assunto para trás. Como não vêm na integra, a não ser quando solicitamos que o discurso todo ou que o Vereador Vêm com o discurso escrito, como o Vereador Sérgio veio agora, podendo anexar este discurso na ata que venha na integra. Nunca foi, e também não lembro que nem os Presidentes que me antecederam, nenhum deixou de fazer ou aceitar uma emenda. Toda vez que não conste o assunto em ata o Vereador pode pedir que conste em ata. Questão de deixar os assuntos para trás não é de nosso feitio e nem querer esconder. Valorizo todas as bancadas e quando alguém achar que esta sendo prejudicado tem a assessoria da Casa e o Secretário para que seja feito qualquer tipo de documento. Gostaria que os Vereadores entendessem a nossa situação e tudo que é solicitado a gente procura fazer, não só que venha ao bem do Vereador, mas para o bem da comunidade. Neste momento o Sr. Presidente convidou a fazer parte da Mesa a Secretária da Educação, Srª. Ivete Vivian. Em continuidade pronunciamento do Sr. Presidente: Nós estivemos viajando a Brasília, juntamente com o Sr. Prefeito Municipal, existindo um movimento muito grande na reivindicação de seus direitos, aonde ninguém é contra a Lei de Responsabilidade Fiscal, mas sim a dificuldade de como é enquadrado as despesas do Município com as obrigações do Estado e da Nação e que venham acarretar sobre o Poder Executivo. Tem do transporte escolar que é obrigação do Estado em fazer e que repasse uma simples parte, tem a obrigação da Nação em remete, e está remetendo, mas que é pouco, acabando sobrando para a Secretaria da Educação

de ter de fazer o transporte, porque se não o Prefeito e a Secretaria que querem deixar os alunos sem transporte. Teve Deputados que criaram está Lei e agora sobrou para os municípios. Hoje quando vêm recurso federal não consta no orçamento e o Prefeito é obrigado a fazer o projeto e que passe por está Casa, porque o valor não está agregado no orçamento e é necessário fazer a prestação de contas deste dinheiro. Deixo registrado que os Deputados Federais vêm em época de campanha buscar votos, mas que também não passam tantas vezes como a gente gostaria por aqui, mas tanto o Dep. Rigotto, Dep. Biolchi, Dep. Proença e Dep. Schirmer, todos eles encaixaram Serafina Corrêa no orçamento e também alguma coisa para as emendas de bancada. O resultado até o final do ano acredito que a gente começa a ver, podendo dar o retorno para a comunidade do trabalho que a gente faz, valorizando as viagens que não é simplesmente para passeio. ORDEM DO DIA: A Secretária da Mesa fez a leitura do Ofício nº 185/2001 remetido pelo Poder Executivo que encaminha os Projetos de Lei nº 23/2001, 26/2001 e 27/2001. PROJETOS DE LEI: Projeto de Lei nº 19/2001 que "ALTERA A REDAÇÃO DO INCISO IX DO ART. 2º E O ART. 5º DA LEI Nº 1758/2000 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS", com pedido de vistas do Ver. Pedro Fozza. Emenda nº 01 ao Projeto de Lei nº 19/2001, protocolo nº 55/2001, de autoria do Ver. Eduardo A. Marin que "ACRESCENTA REDAÇÃO AO ART. 2º DO PROJETO DE LEI Nº 19/2001, NO TEXTO MODIFICATIVO DO ART. 5º DA LEI 1758/2000", em pauta. O Sr. Presidente cedeu o espaço a Secretária de Turismo, Srª Maria Amélia Arroque Gheller para que dê explicações complementares ao Projeto de Lei nº 22/2001. Com a palavra, a Secretária disse que este projeto foi encaminhado em gestão passada ao Ministério do Turismo e Desporto e através de uma emenda do Dep. Osvaldo Biolchi conseguiram aprovar o projeto na integra, sendo na época solicitado R$ 92.000,00. Oitenta mil do Governo Federal e Doze mil na contra-partida. Como houve corte de gastos a verba se encontra em R$ 55.047,00 da verba do Governo Federal com uma contra-partida de R$ 9.946,00. O Projeto foi elaborado dentro deste total, sendo complicado realiza-lo na integra com estes valores, por isso este remanejo de verba. Quanto à conclusão do Colizeu a Secretaria do Turismo está fazendo o possível para finalizar este projeto. Na gestão passada foi encaminhado este

projeto de conclusão da Via Gênova a Lei de Incentivo a Cultura do Governo do Estado, infelizmente vindo um parecer desfavorável em função da obra em si, de não ser ligada a nossa cultura de ligação italiana do Rio Grande do Sul. Foi encaminhado. O Governo passado lutou para conseguir verba para conclusão desta Via Gênova e não foi possível porque o Governo Salvi teve outras prioridades, não que não trabalhasse para o turismo, mas investiu na área de eventos, sendo prioridades na parte da educação, social e indústria. Na parte de Desenvolvimento Turístico, em termos de planejamento e cursos profissionalizantes foi deixado de lado para investir em eventos, acreditando que eventos sejam o retorno mais rápido do turismo. Neste sentido esta verba de remanejo seria legal para a conclusão deste projeto. Em seguida, a Senhora Secretária relatou o processo que terá este projeto. Reafirmou que este projeto vai ser resgatado lutando-se de todas as maneiras para a sua conclusão. Inclusive o Prefeito levou a Brasília novamente o projeto de conclusão da Via Gênova, aonde a gente propõe a conclusão do Coliseu com a instalação de espaços culturais, não colocando a Torre de Piza porque as pessoas interessadas na época já "caíram fora". Concluindo-se a Via Gênova com as pontes, marcos, pórticos de entrada, adornos e floreiras, além de reforço na iluminação da Av. Ipiranga. O Sr. Presidente informou que em todos os gabinetes dos Deputados em que passou era motivo de orgulho estar com um projeto tão bem elaborado. Ressaltou que não faltou vontade do Executivo em concluir e que apenas o Estado não entendeu a vontade de fazer este trabalho. Disse que em Brasília o nosso município não é considerado como "município de turismo", aparecendo na Embratur como potencial de turismo. Aonde que o Município tem que partir para um projeto, fazer um plano de turismo, ficando com o compromisso de remeter o quanto antes, sendo o primeiro passo da Secretaria de Turismo de fazer passar de potencial para cidade turística. Com a palavra, o Ver. Sérgio Massolini perguntou a Secretária se tirar à verba da Via Gênova não irá prejudicar este projeto. Destacou ser interessante ser repensado sobre o projeto que solicita a proibição da construção de casas de madeira e barracos no trecho que abrange o trevo até a avenida principal. A Srª Secretária concordou com este projeto dizendo ser interessante. Quanto ao destinamento da verba disse que

prejudicará, mas vai complementar a obra do pórtico, tentando-se por outras vias conseguir a verba para a Via Gênova. Ocupando o espaço, o Ver. Aldo Zanella disse acreditar que o projeto que foi a Brasília poderá preencher o solicitado. Também mencionou à vontade deste projeto estar exposto na entrada da Prefeitura. A Srª Secretária informou que os projetos que foram encaminhados a Brasília foram sobre a conclusão da Via Gênova, projeto de embelezamento da cidade, projeto de reforma e ampliação do Ginásio de Esportes e projeto de uma quadra de esportes para o Bairro Gramadinho. Novamente com a palavra, o Ver. Sérgio Massolini solicitou informações sobre o ginásio do Bairro Gramadinho e o Módulo Esportivo. A Srª Secretária disse que o módulo será concluído e quanto a Ginásio do Bairro Gramadinho não tem conhecimento. O Sr. Presidente informou ao Vereador que o Prefeito tem intenções de concluir, mas não se sabe aonde buscará dinheiro porque não existe em Ministério algum para a conclusão de ginásio, tendo a informação que quando aprovado o projeto virá cem porcento. Com o espaço o Ver. Eduardo Marin disse que não se opõe na construção de obras de embelezamento no aspecto artístico e cultural de nossa cidade. Mas este projeto tem-se um elemento de contra-partida. Seguindo esta lógica, se os projetos que foram apresentados para buscar recursos para conclusão do projeto de Via Gênova também haverá necessidade de contra-partida. Então, uma vez sendo beneficiados com recursos federais vamos ter que fazer uma contra-partida, não sendo razoável preservar estes recursos para está eventualidade de contra-partida? Segunda pergunta: A Srª participou diretamente da elaboração do Projeto de Lei 22/2001, no remanejamento dos recursos? Se opinou neste aspecto gostaria que a Srª justificasse porque a retirada total dos trinta mil reais na conclusão do projeto Via Gênova. Terceira pergunta: A Srª disse que foi apresentado a busca de recursos via o plano de incentivo no Estado. Nós temos algumas informações que de fato as coisas não tramitam como nós gostaríamos, tanto é que o rodeio foi necessário apresentar uma segunda vez o projeto e uma forte interferência de pessoas para que se conseguisse a aprovação do projeto. Mas a informação que a Srª traz me permite fazer uma pergunta: De quem é o Coliseu? Do Município, de um investidor privado! Porque se é via busca de recursos para um projeto de cultura, aí teria um

investimento no público. Do público para o público. Quando se busca um investimento no público para o setor privado ali a coisa é complicada, tanto é que temos hoje a lei complementar 101. Em resposta ao Vereador, a Srª Maria Amélia disse que quanto a contrapartida da Via Gênova seria de 8 a 10% e o projeto daria em torno de R$ 8.000,00, tendo como conseguir tirando esta parte dos eventos. Quanto a elaboração do projeto disse que não participou ativamente, mas foi consultada e achou valido. A questão do rodeio que o Vereador falou, não foi rodeio, mas sim da Festitália. Quanto ao Coliseu, ele é particular, mas teria que haver uma forma da Prefeitura adquirir este monumento para a construção, sendo questionado bastante que os castelos não estão em funcionamento, colocando a par o Prefeito, ficando de ver qual o procedimento a ser tomado. Com relação à busca de recursos para os projetos culturais, o Conselho Estadual justificou a negativa do pedido, não sendo divulgado por respeito a administração que começou o projeto, sentindo-se envergonhada quando receberam a justificativa, sendo o seguinte: "em 06.01.99, o Instituto de Patrimônio Histórico se manifestou através do arquiteto Renato Matias, na sua argumentação ele lembra CE, no artigo 221 e 222 e a CF, no artigo 216 que trata da cultura e que não é papel do Estado a promoção de culturas alienígenas, ao fazer réplicas de edificações de Estados que se formaram durante mais de 2.000 anos de história da civilização na península itálica, está se fazendo uma apologia de uma cultura muito anterior a formação do Estado Italiano e da geração de imigrantes que vieram para cá, argumento técnico de ...., lembrando que o patrimônio trazido por estes imigrantes está ali mesmo em Serafina Corrêa, nas suas casas, nas formas e soluções trazidas da região do veneto e na riqueza das Soluções e adaptações ao longo meio, nas cantigas, na gastronomia, no jogo da mora, etc..., para o arquiteto Renato há no caso em pauta uma noção muito ironia da cultura e da função do Estado e a cultura entendida como produto apenas de venda, questiona também a qualidade arquitetônica comentada pelo proponente, qualidade arquitetônica, mas que qualidade arquitetônica possa existir em uma imitação grosseira e fora de escavo, mensagem cultural transmitida, só que está mensagem é um atestado de subdesenvolvimento cultural, realmente colocará o Rio Grande do Sul e a Nação em conceito

depreciativo e jocoso". Perante o lido pela Secretária, o Ver. Sérgio Massolini disse que "Foi me repassado na época uma cópia , ficamos intrigados com isso e fomos buscar o porque desta pessoa. Ela pensa de um pouco diferente. Porque não foi consultado na época e sobre aquelas pessoas que acham tudo que acontece no Estado do Rio Grande do Sul tem que passar por ele. Não foram consultadas na época e por isso de uma 'rebeldia' de uma carta que não tem o mínimo de fundamento, que é uma pessoa esquizofrênica. Mas o importante é que a Senhora Secretária e a maioria dos Serafinenses pensam que este projeto é viável e importante. Não é um desmiolado como está pessoa aí, que não tem o mínimo de respeito pelas pessoas que pensam em cultura. Então porque é que as pessoas diziam que a Torre de Piza, o colizeu, não há uma pessoa que não vá para Itália, que não vá lá para Roma, Piza ou que foi conhecer estes monumentos e está pessoa desequilibrada falar tão mal assim do projeto. Eu até gostaria Sr. Presidente para não prejudicar este projeto que a Secretária tem boa vontade de concluir que não colocasse em ata isto aqui, porque é um desproposito, isto é uma vergonha, eu gostaria que respeitasse meu pedido, porque isto fica nos anais da história". O Sr. Presidente esclareceu que este arquiteto é professor na Faculdade Ritler dos Reis, expondo este projeto Via Gênova em sala de aula, deixando claro que a bancada do PMDB não é contra a Via Gênova, mas sim contra a maneira de que foi explorada. Voltando com a palavra, a Srª Secretária colocou que este projeto é motivo de piada no Conselho de Cultura. Pronunciamento do Ver. Eduardo Marin, na integra: "Eu gostaria de dizer que sou plenamente favorável a situação de fato de construção do pórtico. Porem, na situação de direito o projeto é contra. Viola a lei que eu mencionei, no seu artigo 2º, parágrafo 2º, Lei nº 1738, de 19.09.2000, solicito que os assessores jurídicos do Executivo tenham maior zelo, maior cautela, maior cuidado quando analisam estes projetos que vem, inclusive com aval, então maior zelo, maior cautela porque hoje a realidade é outra. A realidade, e o Ver. João Vitório Concatto manifestou aqui a nova realidade da Lei de Responsabilidade Fiscal, acabou o amadorismo, acabou a incompetência, acabou o 'vamos ver', vamos lá para administração pública se não sabe fazer outra coisa vamos administra o município, são necessários técnicos, pessoas bem assessoradas,

pessoas capazes, competentes. Que sejam visionários naquilo que fazem. Que são colocados nestes cargos, já tive a oportunidade de dizer e disse, que o então Prefeito do Município onde estavam as entidades culturais de Serafina naquele momento quando aquele que a Senhora mencionou Secretária que foi Prefeito que priorizou outros setores e não o turismo, naquele momento nós dizíamos a ele 'o Senhor é o Prefeito, o Senhor foi eleito, o Senhor tem a obrigação de estabelecer as diretrizes e os princípios aonde o município deve crescer, porque as pessoas acreditaram em ti. Foi está a linguagem, uma linguagem até fraterna. As pessoas acreditaram em ti, te colocaram ali porque elas acreditam que tu possas pensar por elas ou vamos pensar que aquela pessoa que se envolve diariamente dentro da sua jornada de trabalho, a jornada de trabalho de 8 horas, de 10 horas, uma jornada estendida no lar, vai no rumo do município, não ela coloca pessoas para fazer isso por ela, que tenham a capacidade competência. Então nesse momento eu manifesto e já vou encaminhando meu voto, sou plenamente favorável a situação de fato e vou abster no aspecto jurídico. Nós aqui na Câmara de Vereadores, nós legislamos fazendo leis, nós temos que observar o que as leis nos impõe e está lei 1738 ela não foi revogada, ela é uma lei que está vigente, portanto nós temos que observar, não vou contrariar a lei para não responder futuramente pelo descumprimento desta lei". Projeto de Lei nº 22/2001 que "AUTORIZA INCLUSÃO DE PROJETO NA LEI Nº 1507, DE 16.09.97 – PLURIANUAL; NA LEI Nº 1738, DE 19.09.00 – LDO; NA LEI Nº 1761, DE 28.12.00 – LOA E ABRE CRÉDITO ESPECIAL", aprovado por maioria absoluta com abstenção do Ver. Eduardo A. Marin. Emenda nº 01 ao Projeto de Lei nº 22/2001, protocolo nº 56/2001, de autoria do Ver. Eduardo A. Marin que "MODIFICA REDAÇÃO DO ART 2º DO PROJETO DE LEI Nº 22/2001", rejeitada por maioria simples, com votos contrários dos Vereadores Albino Canton, Aldo Zanella, Oldemar Palharini e Selma Fincatto e desempate do Sr. Presidente com voto contrário a está emenda. Projeto de Lei nº 23/2001 que "ALTERA LEGISLAÇÃO SOBRE TRANSPORTE ESCOLAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS", encaminhado a Comissão de Cultura, Educação e Assistência Social (CCEAS). O Sr. Presidente lembrou ao Ver. Sérgio que de Marau a Passo Fundo são 40Km. Para nós dá 100Km. Se nós pagarmos 30%, por quilometro, fazendo a média praticamente nós estaríamos

dando mais de 60% se a cidade fosse próxima. Marau é uma situação e nós aqui temos outra. E se o Ver. Sérgio não lembra, ou talvez não sabe que são cinco ônibus indo, que o ano passado eram três, aonde teve um valor da vez passada para esta acrescido e que dentro deste ônibus vai alunos para fazer supletivo, alunos para fazer cursinho, indo todos no ônibus dos universitários. Ônibus que ganham por quilometro rodado então não interessa ir lotado. Ônibus que vão e que ganham por aluno eles lotam com 44 ou 50, o que for a capacidade do ônibus, sendo um assunto para ser estudado por todos os Vereadores. Projeto de Lei nº 24/2001 que "AUTORIZA INCLUSÃO DE PROJETO NA LEI Nº 1507, DE 16.09.97 – PLURIANUAL; NA LEI Nº 1738, DE 19.09.00 – LDO; NA LEI Nº 1761, DE 08.12.00 – LOA; E, ABRE CRÉDITO ESPECIAL", aprovado por unanimidade. Projeto de Lei nº 25/2001 em discussão: Em relação a este projeto o Ver. Eduardo Marin disse que aqui são recursos vinculados. Recursos vinculados são aqueles que vêm com uma finalidade especifica e espera-se que estes recursos sejam rapidamente investidos, porque já havia listas de contemplação de lotes, então se tem o compromisso com estas pessoas de agilizar rapidamente os recursos para que estas listas sejam efetivadas. O Ver. Sérgio Massolini disse que este recurso é para saneamento básico, rede de água e esgoto pluvial. Certamente quando chover muito, deverá ser aplicado cuidadosamente este dinheiro para evitar enxurradas, sendo favorável ao projeto. O Sr. Albino Canton deixou bem claro a sua posição desfavorável quanto a dar terreno de graça, porque nós vamos ter um inchaço dentro do município, causando futuros problemas para o município. Em resposta ao Vereador Eduardo Marin, a Verª. Selma Fincatto disse que é bem lembrado que existiam listas para contemplar pessoas nos terrenos como antigamente. Lembrou que em época de campanha do Prefeito Salvi, com prefeito de oposição, disse que foi pedir o voto na casa de um amigo que falou não iria lhe dar o voto porque iria ganhar um terreno no loteamento Santa Lúcia. Projeto de Lei nº 25/2001 que "AUTORIZA INCLUSÃO DE PROJETO NA LEI Nº 1738, DE 19.09.00 – LDO; NA LEI Nº 1761, DE 28.12.00 – LOA E ABRE CRÉDITO ESPECIAL", aprovado por unanimidade. Projeto de Lei nº 26/2001 que "ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI MUNICIPAL Nº 1511/97 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS", encaminhado a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Projeto de Lei nº

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
11

27/2001 que "CRIA FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – FMAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS", encaminhado a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). O Sr. Presidente disse que quando vêm estes tipos de projetos que criam fundos ou conselhos lhe preocupa muito porque os Vereadores não podem fazer parte dos conselhos municipais. E é nos conselhos municipais aonde praticamente resolvem o que vão fazer, implantar, etc... E nós não podemos fiscalizar e participar. E quem fiscaliza os conselhos municipais? Vêm os recursos, o conselho municipal da saúde ou educação vai destinar os recursos e a prioridade. Mas quem é que representa o povo? Sendo a lei clara, Vereador não pode participar dos conselhos municipais. Aproveitou e informou aos Vereadores que em Brasília há 170 emendas para terminar com as Câmaras de Vereadores e reduzir o número de Vereadores de municípios com menos de 20 mil habitantes. Projeto de Lei nº 28/2001 que "INSTITUI ÓRGÃO DE IMPRENSA OFICIAL DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS", em pauta. ANTEPROJETOS: Anteprojeto de Lei nº 01/2001, protocolo nº 52/2001, autoria do Ver. Eduardo A. Marin que "ALTERA A REDAÇÃO DO ART. 1º, II, § 1º DA LEI Nº 1765/2001 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS", em pauta. PEDIDOS DE PROVIDÊNCIAS: Pedido de Providências protocolo nº 59/2001, autoria do Ver. Sérgio A. Massolini que "SOLICITA AO Sr. PREFEITO MUNICIPAL PARA QUE SEJA PROIBIDO O ESTACIONAMENTO DE CAMINHÕES NA RUA OTÁVIO ROCHA E NO TRECHO COMPREENDIDO ENTRE A RUA TOBIAS BARRETO E AV. MIGUEL SOCCOL", em pauta. PEDIDO DE INFORMAÇÕES: Pedido de Informação protocolo nº 53/2001, autoria do Ver. Eduardo A. Marin que "SOLICITA AO Sr. PREFEITO MUNICIPAL PARA QUE INFORME A RECEITA E A DESPESA DE CADA UM DOS EVENTOS, ATIVIDADES, LOCAÇÕES E MANUTENÇÕES REALIZADAS NO CAMPING CARREIRO, NA TEMPORADA VERÃO 2001", após aprovação será encaminhado a Secretária Municipal da Fazenda. Pedido de Informação protocolo nº 54/2001, autoria do Ver. Eduardo A. Marin que "SOLICITA AO Sr. PREFEITO MUNICIPAL PARA QUE INFORME AS SITUAÇÕES DOS BENS MUNICIPAIS ESCOLA MUNICIPAL DE 1º GRUA INCOMPLETO SÃO LUIZ, ESCOLA MUNICIPAL DE 1º GRAU INCOMPLETO SÃO JOÃO, ESCOLA MUNICIPAL DE 1º GRAU INCOMPLETO Nª Srª MONTE BÉRICO, ESCOLA MUNICIPAL DE 1º GRAU INCOMPLETO Nª Sr. ª DA SAÚDE E CENTRO COMUNITÁRIO DO BAIRRO JARDIM ITÁLIA, QUANTO A SUA OCUPAÇÃO E UTILIZAÇÃO PELO

MUNICÍPIO E INICIATIVA PRIVADA NA FORMA DA LEI". Aproveitando a oportunidade concedida pelo Presidente e perante este pedido a Srª Secretária da Educação, Ivete Vivian, fazendo-se presente na sessão, respondeu verbalmente ao solicitante Vereador Eduardo Marin. Pedido de Informações protocolo nº 54/2001, rejeitado por maioria simples, com votos contrários dos Vereadores Albino Canton, Aldo Zanella e desempate do Sr. Presidente com voto contrário a este pedido. PARECERES: Parecer COSP nº 01/2001 ao Projeto de Lei nº 24/2001, com parecer de adoção do presente projeto, aprovado por unanimidade. Parecer COSP nº 02/2001 ao Projeto de Lei nº 25/2001, com parecer de adoção do presente projeto, aprovado por unanimidade. Parecer CCJ nº 07/2001 ao Projeto de Lei nº 19/2001, com parecer de aprovação ao projeto, em pauta. PARECERES JURÍDICOS: Parecer J. nº 05/2001 a Emenda nº 01 do Projeto de Lei 22/2001, feita à leitura em sessão. Parecer J. nº 06/2001 ao Anteprojeto de Lei nº 01/2001, feita à leitura em sessão. GRANDE EXPEDIENTE: Ocupando o espaço, o Vereador Sérgio Massolini expôs sua indignação perante a rejeição do pedido do Vereador Eduardo Marin. Em continuidade solicitou ao Presidente da Casa que convide um membro do Conselho Tutelar para relatar as suas atividades. O Sr. Presidente informou que está disponível nesta Casa o relatório de prestação de serviços 2000 do Conselho Tutelar. Lembrou projeto aprovado nesta sessão de saneamento básico no Loteamento Santa Lúcia 2, sendo necessário também no Loteamento Santa Lúcia 1. Quanto aos terrenos, mencionado pela Vereador Selma, disse que quando o Prefeito Salvi ganhou o mesmo pediu que deixasse a entrega para o seu mandato. O Ver. Eduardo Marin registrou o fato de que o Ver. Mezzomo questionou a Secretária da Educação e a mesma desconhecia a utilização da escola Nª Sª da Saúde. Em relação às criticas feitas pelo Ver. Sérgio da administração passada, o Ver. Albino Canton disse que o Vereador se esquece que foi Prefeito por dez anos e que sentar na cadeira de Prefeito não é fácil, sendo muito simples chegar aqui e fazer criticas, não sendo por aí o caminho, porque se tivesse sido tão ruim a administração passada o povo não teria aprovado a candidatura do então Prefeito Reginatto, ganhando por setecentos votos. Quanto a escola e a Secretária de Educação disse que os Vereadores devem visitar todas as secretárias para tomar

conhecimento do que se passa, não bastando apenas criticar, pois o Vereador é pago para fiscalizar, mas alguns não participam e querem as informações todas no papel. O Sr. Aldo Zanella se reportou sobre os assuntos aqui citados e sobre a licitação da cooperativa, que dia trinta passado esteve em assembléia geral da cooperativa a qual está em crescimento no sul do país. É uma cooperativa de emprego para surpresa nossa e bom agrado informar que a cooperativa vai repassar a partir do mês de abril uma importância de R$ 300,00 reais mês a APAE de Serafina Corrêa. Em relação ao pronunciamento do Ver. Sérgio sobre a entrega de terrenos, a Vereadora Selma Fincatto esclareceu não foi um ato de bondade mas sim de responsabilidade pois o Prefeito Sérgio na época não entregou os terrenos pois o loteamento estava inacabado e os postes que eram para ser colocados foram retirados do lugar para um destino que não se sabe qual. Informou ao Vereador Marin e colegas que se depender da vontade dos Vereadores do PMDB, da Secretária da Educação e da Administração certamente repassaríamos 100% de auxílio aos universitários, quem não quer ver o estudante indo com satisfação para a escola sabendo que não vai lhe custar o sacrifício de um pagamento maior, sabendo que poderia investir seu salário em outras coisas. Devemos ter a consciência de que uma administração deve ter condições de pagar no que se compromete. Vontade se tem dar um valor maior, mas tem que dar o que tem condições de pagar. Quanto a nós, os Vereadores, somos representantes do povo, devendo estar presentes nos eventos para ter conhecimento do que se passa no município e poder participar na elaboração de projetos para melhoria das ações do governo. Com palavra o Ver. Francisco Mezzomo expôs que a Cooperativa deverá investir em associações filantrópicas. O Sr. Presidente falou que é favorável que sejam refeitos os cálculos do transporte dos universitários. Disse possuir documentos aonde contratos foram feitos desde setembro do ano passado, aonde o atual presidente assumiu com contratos fechados. No dia da reunião dos universitários foram alterados os valores, tendo uma empresa de nosso município abrindo proposta que não foi aceita pelos universitários, tendo está empresa qualidade e ônibus para fazer o transporte. Tem-se informações que no mesmo dia fizeram alterações e registraram, aonde foi reduzido o valor em setembro e

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
SERAFINA CORRÊA - RIO GRANDE DO SUL

novembro refizeram o documento alterando o valor. Expôs ao Ver. Eduardo Marin que o Presidente de seu partido PPB, Vereador Francisco Artusi, em legislatura anterior votou contra o parecer a favor das licitações e mencionou que quem tem o suspeito tem o defeito. Interferindo no pronunciamento do Sr. Presidente, o Ver. Eduardo Marin disse então que o Presidente tem o defeito e é suspeito. A Sessão foi encerrada na forma regimental. O Sr. Presidente registrou a entrega de uma viatura a Policia Civil e agradeceu a presença das Secretárias de Turismo e Educação. E de que, para constar, eu, Josiano Meneguzzi, secretário da Câmara, lavrei a presente Ata que vai assinada pelo Presidente e pelo Secretário da Mesa Diretora. CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES, 06 DE ABRIL DE 2001.

VER. JOÃO VITÓRIO CONCATTO
Presidente da Câmara Municipal

VER. SELMA FAVERO FINCATTO
1º Secretária

CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
SERAFINA CORRÊA-RS
Comissão Especial-Data: 09/04/2001
PMDB:
PPB: Eduardo Antonio Marin
PFL: